



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

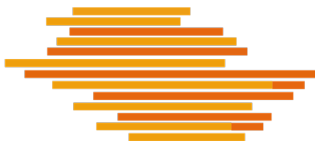
**RECUPERAÇÃO INTERNACIONAL DE ATIVOS:  
EM BUSCA DA AMPLIAÇÃO DA EFETIVIDADE NA  
COBRANÇA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO ESTADUAL**

Alcione Benedita de Lima

Prêmio “Procuradoria-Geral do Estado”

2024

Série Estudos n. 34



CENTRO DE ESTUDOS E ESCOLA SUPERIOR  
DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

## **CENTRO DE ESTUDOS**

### **Procurador(a) do Estado Chefe**

Mariana Beatriz Tadeu de Oliveira (a partir de 03 de jun. 2025- atual)

Cintia Byczkowski (até 02 jun.2025)

### **Assessoria**

Caio Augusto Nunes de Carvalho, Caio Gentil Ribeiro, Patrícia Ulson Pizarro Werner

## **ESCOLA SUPERIOR DA PGE**

### **Direção**

Mariana Beatriz Tadeu de Oliveira (a partir de 03 jun. 2025- atual)

Cintia Byczkowski (até 02 jun.2025)

### **Coordenador-Geral**

Caio Gentil Ribeiro

### **Comissão Julgadora do Prêmio PGE 2024**

Caio Cesar Guzzardi da Silva (Presidente), Fernanda Ghiuro Valentini Fritoli, Fernando Dias Menezes de Almeida, Jacintho Arruda Câmara

### **Redação e Correspondência**

Serviço de Divulgação do Centro de Estudos da Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo

Procurador responsável: Caio Augusto Nunes de Carvalho

Rua Pamplona, 227 – 10º andar – CEP 01405-100 – São Paulo/SP – Brasil.

Telefone: (11) 3286-7006

Homepage: [www.pge.sp.gov.br](http://www.pge.sp.gov.br)

E-mail: [divulgacao\\_centrodeestudos\\_pge@sp.gov.br](mailto:divulgacao_centrodeestudos_pge@sp.gov.br)

Tiragem: Revista Eletrônica

### **Revisão e Preparação**

Giovanna Macedo | Tikinet

### **Diagramação**

Jonathan Leandro | Tikinet

Lima, Alcione Benedita de. Recuperação Internacional de Ativos: Em busca da ampliação da efetividade na cobrança do crédito tributário estadual

São Paulo – Centro de Estudos da Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo, 2024.

Tese laureada com o Prêmio “PGE – 2024”.

1. Responsabilidade Fiscal 2. Lei de Responsabilidade Fiscal

215 p. (Série Estudos)

CDD-341.387

CDU-351.72

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Hercília Maria de Oliveira Matos (CRB-8/7.698),  
Diretora Técnica de Serviço de Biblioteca e Documentação do CE/PGE.



**PROCURADORIA-GERAL  
DO ESTADO DE SÃO PAULO  
Centro de Estudos**

**SÉRIE ESTUDOS**  
Volumes Publicados

1. Direito Tributário: Conferências
2. Ação Direta do Controle da Constitucionalidade das Leis Municipais em Tese
3. Seminário sobre a Execução da Dívida Ativa, São Paulo, 1980
4. Seminário sobre a Execução da Dívida Ativa, nº 2, São Paulo, 1981
5. Prêmio “O Estado em Juízo” – 1983
6. Prêmio “Procuradoria-Geral do Estado” – 1984
7. Prêmio “O Estado em Juízo” – 1985
8. Prêmio “O Estado em Juízo” – 1991
9. Plano Estratégico de Informatização da Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo 1992/93
10. Prêmio “Procuradoria-Geral do Estado” – 1992
11. Direitos Humanos: Construção da Liberdade e da Igualdade
12. Direitos Humanos: Legislação e Jurisprudência
13. Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos: Legislação e Jurisprudência
14. Direitos Humanos no Cotidiano Jurídico
15. Prêmio “O Estado em Juízo” – 2003
16. Prêmio “Procuradoria-Geral do Estado” – 2004

17. Prêmio “Procuradoria-Geral do Estado” – 2008
18. Prêmio “O Estado em Juízo” – 2009
19. Prêmio “Procuradoria-Geral do Estado” – 2010
20. Prêmio “O Estado em Juízo” – 2011
21. Prêmio “O Estado em Juízo” – 2013
22. Prêmio “Procuradoria-Geral do Estado” – 2014
23. Prêmio “O Estado em Juízo” – 2015
24. Prêmio “Procuradoria-Geral do Estado” – 2016
25. Prêmio “O Estado em Juízo” – 2017
26. Prêmio “Procuradoria-Geral do Estado” – 2018
27. Prêmio “O Estado em Juízo” – 2019
- 28.1. Prêmio “Procuradoria-Geral do Estado” – 2020
- 28.2. Parecer Jurídico: Acordo Internacional, celebrado com o Fórum Econômico Mundial, para a instalação de Centro para a Quarta Revolução Industrial (C4IR) no Brasil
29. Relatório do Grupo de Trabalho sobre Extinção Antecipada de Contratos de Parceria
30. Prêmio “O Estado em Juízo” - 2021
31. Prêmio “Procuradoria-Geral do Estado” – 2022
32. Prêmio “O Estado em Juízo” – 2023
33. Prêmio Diogo de Figueiredo Moreira Neto – 49º Congresso Nacional dos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal ANAPE-2023

# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	13
AGRADECIMENTOS DA AUTORA.....	15
NOTA INTRODUTÓRIA.....	17
RESUMO.....	21
ABSTRACT.....	22
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	23
INTRODUÇÃO .....	25
1. A COBRANÇA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO EM ÂMBITO NACIONAL.....	28
2. RECUPERAÇÃO INTERNACIONAL DE ATIVOS TRIBUTÁRIOS E O INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÕES PARA FINS FISCAIS.....	37
2.1. Acordos Internacionais em Matéria Tributária: contextualização do tema.....	39
2.2. Compartilhamento de Dados entre Administrações Tributárias em Âmbito Internacional .....	43
2.3. O art. 26 da Convenção-Modelo da OCDE relativa a impostos sobre a renda e o capital .....	54
2.4. O Brasil e os acordos versando sobre troca de informações fiscais entre jurisdições .....	62
2.5. Compartilhamento de Dados entre Administrações Tributárias em Âmbito Interno.....	73
2.6. Relevância do Intercâmbio de Informações Fiscais para a Recuperação do Crédito Tributário.....	89

2.7. Acordos celebrados pela República Federativa do Brasil e sua (In)aplicabilidade aos estados-membros .....	94
3. CONVENÇÃO MULTILATERAL SOBRE ASSISTÊNCIA MÚTUA ADMINISTRATIVA EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA – CoE/OCDE .....	97
3.1. Delineamentos gerais .....	97
3.2. Da Troca de Informações .....	100
3.3. Da Assistência à Recuperação de Créditos Tributários .....	106
3.4. Das Medidas Cautelares .....	108
3.5. Da Notificação de Documentos .....	109
3.6. Tributos brasileiros sujeitos à Convenção .....	110
3.7. Reservas da República Federativa do Brasil .....	115
4. RESERVAS DO BRASIL À ASSISTÊNCIA NA COBRANÇA E CONSERVAÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO: APONTAMENTOS DA RFB E DA PGFN .....	116
4.1. Fatores jurídicos: apontamentos da RFB e da PGFN e alguns contrapontos .....	120
4.2. Fatores de ordem econômica, política e prática: breves considerações .....	160
5. RECUPERAÇÃO INTERNACIONAL DE ATIVOS TRIBUTÁRIOS ESTADUAIS PERANTE JURISDIÇÕES INTERNACIONAIS .....	167
5.1. Limites .....	167
5.2. Perspectivas .....	172
6. CONCLUSÕES .....	178

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	185
Documentos da OCDE.....	192
Documentos do Brasil.....	196
Documentos do Estado de São Paulo .....	209
ANEXO I .....	210
ANEXO II.....	214